

# Senado aprova 'coronavoucher' e inclui mais categorias

O Senado aprovou o texto enviado pela Câmara que concede R\$ 600 mensais aos trabalhadores informais durante a crise do coronavírus. Foram

incluídos de forma mais clara no projeto trabalhadores intermitentes e facilitada a migração dos beneficiários do Bolsa Família para o novo

auxílio. Também seriam incluídas outras categorias, como motoristas de táxi. Para especialistas, benefício tem que chegar rápido às mãos dos

mais pobres para conter a disseminação do vírus e ser mais eficiente para a economia. O texto seguiu para a sanção de Bolsonaro. **PÁGINAS 17 e 18**

## CRISE DO CORONAVÍRUS

## INFORMAIS

## Senado aprova auxílio de R\$ 600, mas busca ampliar categorias

AMANDA ALMEIDA, ISABELA MACEDO E GERALDA DOCA  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Quatro dias depois de a Câmara ter aprovado o projeto que concede R\$ 600 mensais aos trabalhadores informais durante o período da pandemia do coronavírus, o Senado aprovou ontem o texto. O projeto inclui, de forma mais clara, os trabalhadores intermitentes na medida — aqueles que prestam serviço por horas, dias ou meses para mais de um empregador — e tornou automática a migração dos beneficiários do Bolsa Família para o novo auxílio emergencial, nas situações em que for mais vantajoso. Os senadores preparam ainda um novo texto ampliando a concessão do “coronavoucher”, incluindo mais categorias como beneficiários, como motoristas de táxi e pescadores artesanais. A ideia é que ele seja votado ainda hoje.

A votação ocorreu por sessão remota, e a aprovação foi por unanimidade, com 79 votos a favor. Aprovada com alterações consideradas de

“redação”, a proposta não voltará à Câmara, seguindo agora para a sanção do presidente Jair Bolsonaro. Para garantir que o projeto seja logo efetivado, assim que a votação terminou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu nas redes sociais celeridade a Bolsonaro. Diagnosticado com coronavírus, Alcolumbre não participou da sessão.

“Em nome dos brasileiros que passam dificuldades financeiras neste momento de pandemia da Covid-19, solicito ao presidente da República @jairbolsonaro a sanção imediata do projeto de lei, que garante auxílio de R\$ 600 aos trabalhadores autônomos, aprovado há pouco pelo @SenadoFederal”, escreveu Alcolumbre.

Também pelas redes sociais, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou rapidez:

“Nossa preocupação agora é com a logística: fazer chegar às mãos dos beneficiários esses recursos. Estaremos vigilantes para que isso ocorra com a brevidade

necessária. Os mais necessitados têm pressa.”

Meia hora depois da votação, o presidente em exercício do Senado, Antonio Anastasia (PSD-MG), avisou aos senadores que já havia assinado a redação final do projeto aprovado e o encaminhado ao Palácio do Planalto.

## INCLUSÃO DE INTERMITENTES

Os senadores gostariam de fazer alterações no texto, mas preferiram abrir mão disso para evitar que o projeto tivesse de passar por nova votação na Câmara. Assim, o relator da proposta, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), fez apenas mudanças consideradas como “ajustes redacionais”, como a inclusão dos intermitentes. Segundo ele, as modificações foram feitas para evitar “interpretações prejudiciais às famílias beneficiárias”.

— Os trabalhadores em contrato intermitente (têm de estar) no alcance da proposta. Estes trabalhadores, na redação atual, estão em uma espécie de limbo. O projeto, obviamente, destina-se

aos que estão em situação de fragilidade por não poder trabalhar, caso dos intermitentes que não estão sendo convocados. Contudo, ao vedar o recebimento do auxílio emergencial por quem tem “emprego formal”, o texto da Câmara poderia ser interpretado como proibindo o acesso dos intermitentes — justificou Vieira.

O “coronavoucher” foi aprovado pela Câmara na semana passada. Inicialmente, conforme proposta do governo, o benefício seria de R\$ 200, mas foi ampliado para R\$ 600 pelos deputados, que pressionaram o Palácio do Planalto para bancar a fatura, que deverá custar R\$ 45 bilhões aos cofres públicos. Há também a previsão de auxílio emergencial de R\$ 1,2 mil para mulheres chefes de família. Quem já recebe benefício previdenciário e assistencial, como Benefício de Prestação Continuada (BPC) e seguro-desemprego, não poderá receber o auxílio.

De acordo com a proposta, o auxílio poderá ser pago a até duas pessoas de uma

mesma família, com renda de até três salários mínimos, por três meses. Serão beneficiados todos os trabalhadores que não têm carteira assinada e portanto, não têm direito ao seguro-desemprego, incluindo autônomos, microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes individuais para a Previdência Social.

O governo pretende distribuir dinheiro apenas para quem trabalha na informalidade e está perdendo renda por causa da crise. São vendedores ambulantes, pedreiros, motoristas de aplicativo, diaristas, manicures, cabeleireiros, entre outras ocupações — um universo estimado em 38 milhões de pessoas, segundo o Ministério da Economia.

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse ontem que o auxílio poderá ser sacado nas agências de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e casas lotéricas. Depois da sanção presidencial, um decreto vai regulamentar os saques, e uma medida provisória (MP)

será editada para liberar os recursos do Orçamento.

O acordo para a votação de ontem incluiu um novo projeto, que aglutinará as mudanças que os senadores gostariam de ter feito no texto aprovado. A nova proposta já é batizada por seu relator, Esperidião Amin (PP-SC), de “projeto dos excluídos”. Isso porque o principal ponto é a inclusão de outras categorias de trabalhadores.

Amin ainda está avaliando o que incluirá na proposta. As ideias dos colegas vão de assegurar uma redação que garanta os R\$ 600 mensais para motoristas de aplicativo, taxistas, índios, músicos, mães menores de idade, entre outros. O próprio senador já havia apresentado uma emenda ao projeto da renda básica para incluir pescadores artesanais e aquicultores entre os que poderiam receber o auxílio.

— Minha disposição é atender, pela ordem, pescadores artesanais e aquicultores, que era a minha emenda. Depois nós também temos motoristas de táxi, comunidades indígenas, outros trabalhadores precarizados, como músicos. Como eu já disse, é o projeto dos excluídos — explicou Amin.

## MAIS FAMÍLIAS

De acordo com o senador Alessandro Vieira, esse outro projeto também deve expandir a previsão de recebimento de dois auxílios emergenciais para todas as famílias monoparentais, não apenas aquelas chefiadas por mulheres:

— É verdade que o número de homens provedores de famílias monoparentais, os chamados pais solos, é menor, o que não significa que esses domicílios também não estejam em vulnerabilidade de renda — disse Vieira.

A equipe econômica também estuda mecanismos para evitar fraudes na distribuição do benefício. Segundo uma fonte a par das discussões, quem não estiver registrado nos cadastros do governo federal terá de informar, na autodeclaração, a renda da sua família para receber o auxílio. Isso poderá ser feito à distância, por aplicativo de celular, ou presencialmente, na rede de lotéricas.

A Caixa, que deverá fazer a maior parte dos pagamentos, também avalia a possibilidade de estender o expediente exclusivamente para atender esses beneficiários. Os detalhes sobre como será feito o pagamento do voucher estão sendo discutidos entre os Ministério da Economia e da Cidadania, que tem nas mãos o Cadastro Único (CadÚnico) — base de dados do Bolsa Família e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



**Virtual.** O presidente em exercício do Senado, Antonio Anastasia (à direita), comanda a votação. Parlamentares desejavam mexer no texto, mas optou-se por um novo projeto para acelerar o pagamento

**Algumas perguntas ainda sem resposta sobre o benefício**

> **Quando o trabalhador começará a receber o benefício?** O projeto foi aprovado pelo Senado ontem, mas ainda faltam a sanção presidencial e um decreto. Ainda não está claro quando a ajuda chegará.

> **Onde o trabalhador pode saber se tem direito ao auxílio?**

O governo ainda não esclareceu como vai contatar e informar os elegíveis ao programa.

> **Como a pessoa vai receber?**

Diretamente em uma agência de

Caixa, Banco do Brasil, Correios ou lotéricas. Falta saber como será o pagamento em cidades cujos bancos e lotéricas estão fechados por determinação dos governos locais e regionais. Uma saída seria convencer a Justiça a classificá-los como serviço essencial.

> **Como fazer a autodeclaração?**

Os beneficiários fora dos cadastros do governo poderão fazer uma autodeclaração. O governo quer que ela seja feita por aplicativos ou computadores. Mas não se sabe

como agir com quem não dispõe desses aparelhos.

> **Para evitar aglomerações, como o saque será organizado?**

O governo não esclareceu se pretende implementar horário estendido ou em fins de semana, como ocorreu na liberação do FGTS. Não foi explicado se o trabalhador informal com conta em outros bancos poderia transferir os recursos da Caixa para sua instituição sem ir à agência.

> **O que é preciso apresentar para**

**receber o benefício?** Ainda não foi informado que documentos o trabalhador terá de apresentar para receber o benefício na caixa, nem se terá de comprovar alguma atividade econômica. Pode-se apresentar o Cartão Cidadão? Outra dúvida é se será preciso ir pessoalmente ou se será aceita procuração.

> **Como o trabalhador vai declarar renda própria e a da família?**

Para evitar fraudes, o governo vai exigir declaração de renda da família do beneficiário. Para liberar o dinheiro será preciso verificar antes? Não vai atrasar o processo? O governo ainda não explicou.

> **Quais são os critérios de renda?**

O governo não deixou claro quais serão os critérios para definir a renda do trabalhador e da família.

> **O pagamento dos benefícios**

**pode ser cumulativo?** Quem não conseguir receber a primeira parcela por dificuldades no cadastro, poderá receber duas ou três somadas depois? Não está claro.

# Velocidade de entrega do benefício é crucial

Segundo especialistas, sucesso da estratégia de distribuição de vouchers dependerá da rapidez com que o governo fará o dinheiro chegar às mãos dos mais pobres. Demora teria impacto não só na economia, como na disseminação do coronavírus

CÁSSIA ALMEIDA, PEDRO CAPETTI  
E LEO BRANCO  
economia@oglobo.com.br  
RIO DE SÃO PAULO

**A** ajuda do governo aos trabalhadores informais precisa chegar rápido para mitigar os efeitos da parada brusca na economia, na avaliação de especialistas. Eles alertam que, se o “corona-voucher” demorar, o principal risco não é econômico, mas sanitário. A necessidade de sair de casa para garantir a subsistência pode multiplicar o potencial de disseminação do coronavírus.

— Se não fizer chegar rápido, as pessoas vão ficar sem alternativa. Vão ter de voltar ao trabalho. Se isso ocorrer, a pandemia vai se expandir, e o dano econômico será muito maior. Vai se gastar mais dinheiro, e vão ocorrer muito mais mortes. Proteção social tem de ser vista como mecanismo para proteger a população e minimizar a recessão — afirmou Marcelo Medeiros, especialista em desigualdade de renda e professor visitante na Princeton University.

O país tem 42 milhões de trabalhadores informais, de acordo com dados do IBGE. Segundo especialistas, a maior urgência no momento é fazer os recursos chegarem às periferias.

— O foco tem de ser a baixa renda em periferia urbana,

metropolitana, por causa da concentração de informais. A densidade é alta, e o contágio é muito forte. Se essas pessoas forem se proteger, não terão dinheiro para comer. Vão ficar desesperadas e isso gera enorme potencial de mal-estar social — afirmou Sonia Rocha, especialista em desigualdade.

Para Marcelo Neri, da FGV, o maior risco é para o combate à pandemia:

— As pessoas precisam de um mínimo de conforto para poderem se proteger.

Naercio Menezes Filho, economista do Insper, alerta que se não forem tomadas medidas para aliviar o sofrimento das pessoas, o país pode enfrentar uma tragédia social:

— As pessoas não vão ter como comprar alimento, produtos de higiene. Tem de aumentar o valor do Bolsa Família, ajudar essas famílias. Essas medidas, inclusive, atenuam o efeito da recessão, além de ser ação humanitária...

## PARTIR DE DADOS EXISTENTES

Para Edu Lyra, coordenador e fundador do Instituto Gerando Falcões, rede de ONGs dentro de favelas, o custo de não auxiliar os mais pobres rapidamente poderá ser mais alto do que o valor em si do benefício, em virtude do risco de consequências sociais:

— Se o auxílio demorar para chegar, haverá uma hecatom-



*“Proteção social tem de ser vista como mecanismo para proteger a população e minimizar a recessão”*

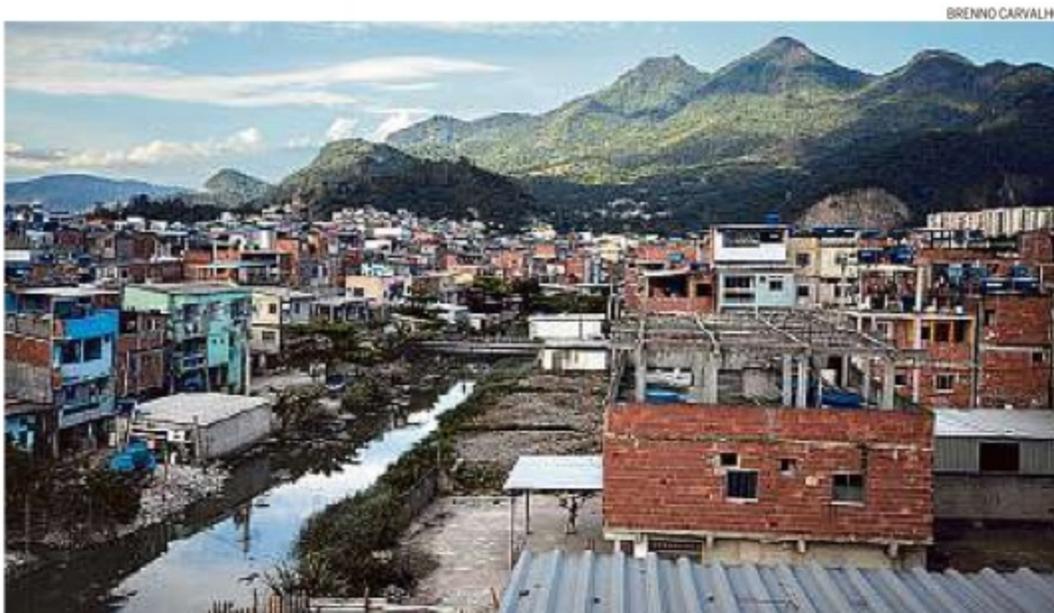
— **Marcelo Medeiros**, especialista em desigualdade de renda

*“Velocidade é fundamental. Ter uma transferência de renda básica emergencial para todo mundo que está no cadastro”*

— **Ricardo Henriques**, superintendente do Instituto Unibanco

*“Estamos vivendo situação de absoluta emergência. A pessoa que não tem comida vai procurar uma solução na rua”*

— **Francisco Menezes**, coordenador do Ibase



BRENNO CARVALHO

**Periferias.** Com alta densidade populacional, é preciso garantir condições econômicas para que os moradores se protejam

be social. Imagina um brasileiro que está há dois dias sem comer, que acorda e vê os filhos pedirem arroz, feijão e não pode dar? Não podemos vencer a Covid-19 e deixar milhares de brasileiros largados à própria sorte. Os pobres precisam ser colocados no plano estratégico do país.

Para Regina Esteves, presidente da ONG Comunitas, dedicada à inovação na gestão pública, o governo deveria ter um olhar mais atento às informações de que já dispõe sobre as famílias em situação de pobreza para usá-las como base para o pagamento de benefícios. A ONG fechou parceria com o governo do estado de São Paulo e com a prefeitura

da capital paulista para analisar os bancos de dados de famílias em situação de pobreza e, a partir disso, pensar em políticas de transferência de renda.

— A vantagem é a agilidade para o dinheiro chegar a quem precisa — disse Regina.

A partir da análise, foram identificados 700 mil alunos da rede estadual em situação de vulnerabilidade social e sem merenda. As famílias devem receber vouchers de R\$ 51 por aluno até o dia 15 de abril. Em outra frente, 26 mil microempreendedores cadastrados no Sebrae paulista devem receber R\$ 600 como compensação pelos dias parados. O pagamento será feito em contas digitais, sem neces-

sidade de ir a uma agência para abrir novo cadastro.

O envio de cartões tem vantagens em relação a métodos como vouchers, considerados mais suscetíveis a fraudes, além de minimizar idas e vindas para receber o recurso.

Segundo Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco e coordenador da equipe que criou o Bolsa Família, é fundamental usar a estrutura já disponível, que é a base do Cadastro Único, no qual se consegue identificar a composição da família:

— Velocidade é fundamental. Ter uma transferência para renda básica emergencial para todo mundo que está no cadastro. É óbvio que tem proble-

mas de atualização. Além disso, é preciso colocar na linha de frente Caixa e fintechs para fazer cartões rápidos e distribuir para as pessoas.

O risco de demora no repasse de recursos é de caos social, segundo Francisco Menezes, coordenador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Ele sugere que o governo faça parceria com organizações e associações para fazer o dinheiro chegar. Outra possibilidade é o reativamento dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), responsáveis pelo Cadastro Único, embora isso demande tempo e dinheiro.

— Estamos vivendo situação de absoluta urgência. Uma coisa é a classe média, que consegue enfrentar a situação no isolamento. Outra é a pessoa que não tem comida e que vai procurar desesperadamente uma saída na rua — disse.

Levantamento do Instituto de Estudos de Políticas de Saúde (Ieps), fundado por Arminio Fraga, mostrou que 33% dos trabalhadores informais no país são idosos ou sofrem de doenças crônicas.

— Nesse momento de curva ascendente da doença, quanto maior a exposição, interação, mobilidade, pior. Mesmo entre pessoas saudáveis. Tudo indica que a mortalidade pode ser maior — afirmou Rudi Rocha, diretor do Ieps.